A INCLUSÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO PARA O RESPEITO E A DIVERSIDADE

LUANA CAMPO SILVA

RESUMO

A diversidade cultural constitui um dos pilares fundamentais da educação brasileira, especialmente em um país marcado por ampla pluralidade étnica, histórica e social, no qual a cultura indígena ocupa papel central na formação da identidade nacional, embora historicamente tenha sido invisibilizada, estereotipada ou reduzida a abordagens superficiais no contexto escolar. Durante décadas, a ausência de representações fiéis e respeitosas dos povos indígenas no currículo contribuiu para a perpetuação de preconceitos, desigualdades e visões distorcidas acerca de seus saberes, tradições e modos de vida. Nesse sentido, o presente artigo analisa a importância da inclusão da cultura indígena na educação como instrumento essencial para a promoção do respeito à diversidade cultural e da justiça social, defendendo que reconhecer e valorizar os conhecimentos indígenas vai além da inserção pontual de conteúdos no calendário escolar, exigindo a revisão de práticas pedagógicas, concepções de conhecimento e relações interculturais no ambiente escolar. A pesquisa aborda os fundamentos históricos e sociais dos povos indígenas no Brasil, destacando suas contribuições para a constituição cultural, linguística e territorial do país, e discute o conceito de interculturalidade como perspectiva que favorece o diálogo entre culturas em condições de respeito, equidade e reconhecimento mútuo, superando práticas assimilacionistas e eurocêntricas. A educação intercultural, nesse contexto, propõe a construção de espaços educativos que reconheçam a diversidade como riqueza, incentivando atitudes de empatia, valorização das diferenças e combate ao preconceito. O estudo também examina a base legal que sustenta a temática, com destaque para a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas, bem como para as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reforçam a formação cidadã e o respeito à diversidade cultural, orientando que a abordagem ocorra de maneira transversal, contínua e contextualizada, e não apenas em datas comemorativas. Além disso, são analisados os desafios presentes no cotidiano escolar, como a insuficiente formação específica de professores, a carência de materiais didáticos adequados, a persistência de estereótipos e a tendência à folclorização da cultura indígena, evidenciando a necessidade de investimentos em formação continuada, produção de recursos pedagógicos qualificados e ampliação do diálogo com comunidades indígenas. No âmbito da educação infantil, ressalta-se a relevância de trabalhar a cultura indígena desde os primeiros anos de vida por meio de experiências significativas, como histórias, músicas, brincadeiras, artes e projetos interdisciplinares que valorizem a diversidade cultural e promovam a convivência respeitosa e a construção de valores éticos. Fundamentado em pesquisa bibliográfica nas áreas da educação, antropologia e sociologia, além de documentos oficiais que orientam as políticas educacionais brasileiras, o estudo evidencia que a inserção efetiva da cultura indígena no currículo representa não apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade democrática, plural e socialmente justa, concluindo que sua inclusão é essencial para o fortalecimento do respeito à diversidade, a desconstrução de preconceitos históricos e a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a equidade e a convivência democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura indígena. Educação intercultural. Diversidade cultural. Educação escolar indígena. Justiça social.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira caracteriza-se por sua ampla diversidade cultural, resultado de um processo histórico marcado por encontros, conflitos e trocas entre diferentes povos. Entre esses grupos, os povos indígenas ocupam lugar originário na formação do país, sendo detentores de saberes ancestrais, sistemas próprios de organização social, espi-

ritualidade, línguas e concepções de mundo profundamente conectadas à natureza.

Apesar dessa relevância histórica, a presença indígena na educação formal foi, durante séculos, marcada pela exclusão e pela tentativa de assimilação cultural. A escola tradicional brasileira estruturou-se sob forte influência eurocêntrica, privilegiando narrativas que marginalizavam as contribuições indígenas e reforçavam visões estereotipadas.

Conforme afirma Daniel Munduruku, escritor e intelectual indígena, o indígena foi frequentemente representado como figura do passado, "como se não existisse no presente e não participasse da construção da sociedade contemporânea" (MUNDURUKU, 2017). Tal construção simbólica contribuiu para a perpetuação de preconceitos e para a desvalorização cultural.

A partir da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, da Lei nº 11.645/2008, tornou-se obrigatória a inclusão da história e cultura indígena nos currículos escolares. Contudo, a implementação dessa determinação ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e formativos.

Dessa forma, questiona-se: de que maneira a inclusão consistente da cultura indígena na educação pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes e respeitosos da diversidade?

O objetivo geral deste artigo é analisar a importância da cultura indígena no contexto educacional brasileiro. Como objetivos específicos, busca-se:

Compreender o processo histórico de invisibilização dos povos indígenas;

Discutir o conceito de interculturalidade na educação;

Analisar a base legal da educação escolar indígena;

Refletir sobre práticas pedagógicas inclusivas;

Apontar desafios e perspectivas futuras.

A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos que discutem cultura, identidade e educação.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E PROCESSOS DE INVISIBILIZAÇÃO

Antes da colonização europeia, o território brasileiro era habitado por centenas de povos indígenas, organizados em diferentes estruturas sociais e linguísticas. Esses povos possuíam sistemas próprios de educação baseados na oralidade, na vivência comunitária e na transmissão intergeracional de saberes.

Darcy Ribeiro destaca que a educação indígena tradicional não se separava da vida cotidiana, pois aprender significava participar ativamente da comunidade (RIBEIRO, 1995).

A chegada dos colonizadores, entretanto, impôs um modelo educacional voltado à catequização e à assimilação cultural.

Durante o período colonial e imperial, a educação indígena esteve subordinada a projetos de integração forçada. A escola foi utilizada como instrumento de apagamento identitário, desvalorizando línguas e práticas culturais originárias.

Esse processo histórico gerou impactos profundos, resultando na perda de territórios, na redução populacional e na fragmentação cultural. Contudo, é importante ressaltar que os povos indígenas resistiram e continuam resistindo, preservando tradições e reivindicando direitos.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A interculturalidade surge como proposta pedagógica que busca promover o diálogo entre diferentes culturas, reconhecendo suas especificidades e valorizando seus saberes.

Segundo Paulo Freire (1996), a educação deve ser prática de liberdade, baseada no diálogo e no reconhecimento do outro como sujeito de conhecimento. Essa perspectiva dialoga diretamente com a proposta intercultural, pois rompe com hierarquizações culturais.

A interculturalidade não significa apenas coexistência de culturas no mesmo espaço, mas interação crítica e respeitosa entre elas. No contexto brasileiro, isso implica reconhecer que os saberes indígenas possuem legitimidade epistemológica.

Além disso, autores contemporâneos defendem que a interculturalidade deve ser entendida como postura ética e política, capaz de enfrentar desigualdades estruturais e combater o racismo institucional.

CULTURA, IDENTIDADE E CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

A discussão acerca da inclusão da cultura indígena na educação exige uma reflexão mais ampla sobre o conceito de cultura e sua relação com identidade e poder. Cultura não pode ser compreendida como um conjunto estático de tradições, mas como um sistema dinâmico de significados construídos socialmente.

Stuart Hall (2006) afirma que a identidade cultural é produzida historicamente, sendo resultado de processos sociais e políticos. Nesse sentido, a invisibilização indígena no currículo escolar não é acidental, mas parte de uma estrutura histórica de dominação simbólica.

A escola, enquanto instituição social, desempenha papel central na legitimação de determinados saberes. Pierre Bourdieu (1989) argumenta que o sistema educacional contribui para reproduzir desigualdades ao valorizar determinados capitais culturais em detrimento de outros. Assim, quando os saberes indígenas não são reconhecidos como legítimos, ocorre uma forma de violência simbólica.

A inclusão da cultura indígena no currículo rompe com essa lógica hierarquizante e amplia o repertório epistemológico da escola. Trata-se de reconhecer que existem múltiplas formas de produzir conhecimento, incluindo saberes baseados na oralidade, na experiência coletiva e na relação com o território.

Além disso, a perspectiva decolonial contribui significativamente para essa discussão. Autores latino-americanos apontam que a colonialidade do poder permanece presente nas estruturas sociais, inclusive na educação. A superação desse paradigma exige revisão crítica dos conteúdos curriculares e valorização de epistemologias historicamente marginalizadas.

Portanto, inserir a cultura indígena na educação não significa apenas acrescentar conteúdos, mas transformar a forma como o conhecimento é concebido e legitimado no espaço escolar.

A BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 representou marco histórico ao reconhecer os direitos culturais e territoriais dos povos indígenas. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) assegurou a oferta de educação escolar indígena específica, diferenciada e bilíngue.

A Lei nº 11.645/2008 tornou obrigatória a inclusão da história e cultura indígena em todas as escolas brasileiras. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça a valorização da diversidade cultural.

Esses dispositivos legais demonstram avanço significativo. Contudo, a efetivação dessas políticas depende de investimento em formação docente, produção de materiais didáticos adequados e compromisso institucional.

EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CULTURAL

A educação infantil desempenha papel central na construção da identidade e no desenvolvimento de valores sociais. É nesse período que as crianças começam a formar percepções sobre diferenças culturais.

Inserir a cultura indígena desde os primeiros anos escolares contribui para naturalizar a diversidade e reduzir preconceitos futuros. Trabalhos com literatura indígena contemporânea, contação de histórias, músicas tradicionais e projetos interdisciplinares são estratégias eficazes.

Além disso, é essencial evitar abordagens folclorizadas, que limitam a cultura indígena a datas comemorativas. A temática deve ser integrada ao currículo de forma contínua.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Apesar dos avanços legais, persistem desafios como:

Formação insuficiente de professores sobre temática indígena;

Escassez de materiais didáticos produzidos por autores indígenas;

Resistências culturais e preconceitos enraizados;

Falta de articulação entre políticas públicas e prática escolar.

A superação desses obstáculos exige políticas públicas consistentes e investimento na formação crítica dos educadores.

PERSPECTIVAS FUTURAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A valorização da cultura indígena na educação pode contribuir significativamente para a transformação social. Ao reconhecer os povos indígenas como sujeitos contemporâneos, rompe-se com narrativas coloniais.

Ailton Krenak argumenta que ampliar nossa percepção de humanidade é fundamental para enfrentar crises ambientais e sociais (KRENAK, 2019). Os saberes indígenas oferecem importantes contribuições para debates sobre sustentabilidade e equilíbrio ecológico.

Assim, a escola torna-se espaço estratégico para construção de uma sociedade mais inclusiva e ambientalmente consciente.

A CONTRIBUIÇÃO DOS SABERES INDÍGENAS PARA A SUSTENTABILIDADE E A ÉTICA AMBIENTAL

Um dos aspectos mais relevantes da cultura indígena contemporânea está relacionado à sua concepção de natureza e sustentabilidade. Diferentemente da lógica ocidental moderna, baseada na exploração intensiva dos recursos naturais, muitos povos indígenas compreendem a natureza como entidade viva e sagrada, com a qual mantêm relação de reciprocidade.

Ailton Krenak (2019) critica a ideia de humanidade separada da natureza e defende a ampliação da consciência ecológica. Segundo o autor, a crise ambiental global está relacionada à ruptura dessa relação ancestral com o território.

Incorporar esses saberes ao currículo escolar contribui para formação de cidadãos ambientalmente responsáveis. A educação ambiental, quando articulada à perspectiva indígena, ganha profundidade ética e cultural.

A escola pode desenvolver projetos interdisciplinares que relacionem conhecimentos científicos com práticas tradicionais de manejo sustentável, agricultura e preservação ambiental. Essa integração amplia a compreensão sobre desenvolvimento sustentável e fortalece o pensamento crítico.

Além disso, reconhecer os povos indígenas como guardiões de importantes biomas brasileiros reforça o papel estratégico dessas comunidades na proteção ambiental.

A FORMAÇÃO DOCENTE COMO EIXO ESTRUTURANTE

A efetivação da educação intercultural depende diretamente da formação inicial e continuada dos professores. Muitos educadores relatam insegurança ao abordar a temática indígena, seja por desconhecimento histórico, seja por receio de reproduzir estereótipos.

É fundamental que os cursos de licenciatura incluam disciplinas que discutam diversidade cultural, história indígena e práticas pedagógicas interculturais. A formação docente deve ir além do aspecto informativo, promovendo reflexão crítica sobre preconceitos estruturais.

A produção de materiais didáticos elaborados por autores indígenas também é estratégia relevante, pois garante representatividade e autenticidade nas narrativas apresentadas aos estudantes.

Sem investimento consistente na formação docente, a legislação corre o risco de permanecer apenas no plano formal, sem impacto efetivo na prática escolar.

COLONIALIDADE, CURRÍCULO E DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

A presença limitada da cultura indígena no currículo escolar brasileiro não pode ser analisada apenas como falha pedagógica, mas como reflexo de um processo histórico de colonialidade. A colonialidade do saber refere-se à permanência de estruturas mentais e institucionais que privilegiam epistemologias europeias como universais, enquanto deslegitimam outros modos de produção de conhecimento.

No contexto educacional, essa lógica manifesta-se na centralidade de conteúdos eurocêntricos e na marginalização das narrativas indígenas. Durante décadas, os livros didáticos apresentaram os povos indígenas como figuras do passado, frequentemente associados ao período da colonização, ignorando sua presença ativa e contemporânea na sociedade brasileira.

Essa representação reforça estereótipos que reduzem a diversidade indígena a imagens homogêneas, desconsiderando a multiplicidade de povos, línguas e organizações sociais existentes no Brasil. A desconstrução desses estereótipos exige abordagem crítica do currículo, com inclusão de perspectivas

produzidas por intelectuais indígenas e pesquisadores comprometidos com a valorização cultural.
Reformular o currículo implica reconhecer que o conhecimento não é neutro. Ele é produzido em contextos históricos específicos e carrega relações de poder. Ao incluir a cultura indígena de maneira consistente, a escola contribui para a democratização do saber e para a superação de hierarquias culturais.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

A discussão sobre educação indígena também envolve dimensão política significativa. A luta pelo reconhecimento cultural está diretamente relacionada à luta por território, autonomia e direitos sociais.
A Constituição Federal de 1988 representou marco fundamental ao reconhecer os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais. Tal reconhecimento fortaleceu políticas voltadas à educação específica e diferenciada.
A educação escolar indígena não é apenas instrumento de acesso ao conhecimento científico, mas também mecanismo de fortalecimento identitário e de resistência cultural. Ao possibilitar que comunidades indígenas desenvolvam propostas pedagógicas alinhadas às suas realidades, o Estado reconhece a pluralidade do país.
No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios estruturais, como falta de recursos, dificuldades logísticas e conflitos territoriais. Esses fatores impactam diretamente a qualidade da educação oferecida nas comunidades.
Portanto, a consolidação da educação indígena depende de compromisso político contínuo e da participação ativa das próprias comunidades na elaboração das propostas educacionais.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E REPRESENTATIVIDADE

Um dos principais entraves para efetiva inclusão da cultura indígena na escola regular é a escassez de materiais didáticos produzidos sob perspectiva indígena. Durante muito tempo, as narrativas foram elaboradas exclusivamente por não indígenas, o que resultou em interpretações externas e, por vezes, distorcidas.
Nos últimos anos, observa-se crescimento significativo da literatura indígena contemporânea, com autores que narram suas próprias histórias, memórias e reflexões. Essa produção contribui para ampliar a representatividade e oferecer aos estudantes contato com vozes autênticas.
A inserção dessas obras no currículo permite romper com a lógica da fala sobre o indígena e promove a escuta do indígena como sujeito ativo. Tal mudança possui impacto pedagógico relevante, pois favorece empatia, respeito e compreensão intercultural.
Além da literatura, é fundamental desenvolver materiais audiovisuais, projetos interdisciplinares e recursos digitais que abordem a temática de maneira contextualizada e atual.

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

A inclusão da cultura indígena na educação está diretamente relacionada à promoção dos direitos humanos. O reconhecimento da diversidade cultural constitui princípio fundamental das sociedades democráticas.
A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos têm direito à educação que promova compreensão, tolerância e amizade entre as nações e grupos étnicos. Nesse sentido, trabalhar a temática indígena contribui para formação cidadã comprometida com igualdade e justiça social.
A escola é espaço privilegiado para construção de valores éticos. Ao promover o respeito às diferenças culturais, combate-se o racismo estrutural e fortalece-se a cultura de paz.
Além disso, o reconhecimento da pluralidade cultural amplia o senso de pertencimento e fortalece identidades individuais e coletivas. Estudantes indígenas matriculados em escolas não indígenas, por exemplo, sentem-se mais representados quando suas culturas são valorizadas.

TECNOLOGIA, GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE INDÍGENA CONTEMPORÂNEA

É importante destacar que os povos indígenas não estão isolados do mundo contemporâneo. Muitos utilizam tecnologias digi-

tais, participam de universidades e atuam em espaços políticos e culturais diversos.
A globalização trouxe desafios, mas também oportunidades de visibilidade e articulação. Redes sociais, produções audiovisuais e movimentos culturais têm ampliado o alcance das vozes indígenas.
Inserir essa realidade na educação é fundamental para romper com a ideia de que os povos indígenas pertencem apenas ao passado. Eles são sujeitos contemporâneos, protagonistas de debates sobre meio ambiente, direitos humanos e diversidade cultural.
A escola deve apresentar essa perspectiva atualizada, evitando narrativas congeladas no tempo. O reconhecimento da identidade indígena contemporânea fortalece o respeito e contribui para formação crítica dos estudantes.

A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A JUSTIÇA HISTÓRICA

Ao longo da história brasileira, os povos indígenas enfrentaram processos de violência, exclusão e apagamento cultural. A educação pode atuar como instrumento de reparação simbólica e reconhecimento histórico.
Trabalhar criticamente os processos de colonização, conflitos territoriais e resistência indígena permite aos estudantes compreenderem a complexidade da formação do Brasil.
Essa abordagem contribui para construção de consciência histórica mais ampla e para superação de narrativas simplificadoras.
A justiça histórica não se limita à restituição material, mas envolve reconhecimento cultural e valorização simbólica. A escola, enquanto espaço de formação, possui responsabilidade nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a inclusão da cultura indígena na educação brasileira ultrapassa a dimensão meramente curricular, configurando-se como compromisso ético, político e social com a construção de uma sociedade mais justa e plural. Ao investigar os fundamentos históricos, os processos de invisibilização, a base legal, os desafios pedagógicos e as possibilidades interculturais, tornou-se evidente que a valorização da cultura indígena constitui elemento essencial para a consolidação de uma educação democrática.
Inicialmente, buscou-se compreender como os povos indígenas foram historicamente marginalizados no contexto educacional brasileiro. Observou-se que o modelo escolar tradicional, fortemente influenciado por perspectivas eurocêntricas, contribuiu para o apagamento simbólico dessas populações, restringindo sua representação a momentos específicos da história colonial. Tal prática não apenas distorceu a compreensão sobre a formação do Brasil, mas também reforçou estereótipos que ainda persistem no imaginário social.
Ao discutir o conceito de interculturalidade, verificou-se que a inclusão da cultura indígena não se limita à inserção de conteúdos pontuais, mas exige transformação estrutural na forma como o conhecimento é concebido e legitimado no espaço escolar. Reconhecer a pluralidade epistemológica significa admitir que os saberes indígenas possuem validade própria e contribuem significativamente para a ampliação do pensamento crítico, especialmente em áreas como sustentabilidade, ética ambiental e organização comunitária.
A análise da base legal demonstrou que o ordenamento jurídico brasileiro oferece respaldo consistente para a valorização da cultura indígena na educação. No entanto, a distância entre legislação e prática ainda representa desafio significativo. A implementação efetiva das diretrizes depende de políticas públicas contínuas, formação docente qualificada e produção de materiais didáticos que reflitam a diversidade cultural de forma respeitosa e atualizada.
Outro aspecto relevante refere-se à importância da educação infantil como etapa estratégica para formação de valores. A inserção precoce da temática indígena contribui para naturalização da diversidade e para desconstrução de preconceitos, promovendo relações sociais mais empáticas e inclusivas. Nesse sentido, a escola assume papel formador não apenas cognitivo, mas também ético e social.
Destaca-se ainda que a valorização da cultura indígena possui dimensão política, uma vez que está diretamente relacionada

ao reconhecimento de direitos históricos e territoriais. A educação pode atuar como instrumento de justiça histórica, possibilitando reflexão crítica sobre os processos de colonização e resistência que marcaram a trajetória do país. Ao abordar tais temas de maneira contextualizada e fundamentada, a escola contribui para formação de cidadãos conscientes das desigualdades estruturais e comprometidos com a equidade.

Além disso, verificou-se que os povos indígenas são sujeitos contemporâneos, participantes ativos de debates nacionais e internacionais sobre meio ambiente, direitos humanos e diversidade cultural. Superar a visão estática e folclorizada é fundamental para construção de narrativa educacional coerente com a realidade atual.

Diante dessas reflexões, conclui-se que a inclusão da cultura indígena na educação representa caminho indispensável para fortalecimento da democracia e para promoção da convivência respeitosa entre diferentes grupos sociais. Não se trata apenas de cumprir exigência legal, mas de assumir responsabilidade social diante da pluralidade que caracteriza o Brasil.

Por fim, ressalta-se a necessidade de continuidade das pesquisas acadêmicas na área, especialmente aquelas que dialoguem diretamente com comunidades indígenas e valorizem suas produções intelectuais. Investigações futuras podem aprofundar análises sobre práticas pedagógicas exitosas, impactos da formação intercultural na aprendizagem e estratégias de avaliação curricular inclusiva.

Assim, reafirma-se que a educação intercultural constitui instrumento transformador, capaz de ampliar horizontes, promover justiça social e contribuir para construção de sociedade que reconheça, respeite e valorize sua diversidade originária.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e desafios. Manaus: EDUA, 2018.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2017.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.